

RESUMO - COM COMUNICAÇÃO PRESENCIAL - GT 03: EPISTEMOLOGIAS
TRANSFORMADORAS E JUSTAS: GÊNERO E DIVERSIDADE

**JUSTIÇA DE GÊNERO E EPISTEMOLOGIAS TRANSFORMADORAS:
PARTICIPAÇÃO, PODER E ENFRENTAMENTO DO PATRIARCADO
INSTITUCIONAL**

Marcia Blasi (marcia.blasi@est.edu.br)

A justiça de gênero constitui um desafio ético, político, epistemológico e teológico que exige não apenas o enfrentamento das violências contra as mulheres, mas também a transformação das estruturas que sustentam desigualdades, silenciamentos e exclusões. Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre o patriarcado institucional, compreendido como um sistema de distribuição desigual de poder, autoridade e legitimidade, frequentemente sustentado por interpretações teológicas que subordinam as mulheres e restringem sua participação nos espaços de decisão. Parte-se do argumento de que a presença de mulheres não assegura, por si só, participação efetiva, reconhecimento epistêmico ou compartilhamento de poder. Nesse sentido, a inclusão formal de mulheres em espaços institucionais e posições de liderança pode coexistir com práticas de silenciamento, deslegitimação de seus conhecimentos, sobrecarga de responsabilidades, assédio e instrumentalização religiosa da submissão. A análise problematiza, assim, as formas de violência que ultrapassam a dimensão física e se manifestam nas esferas estrutural, cultural, institucional e teológica. Em diálogo com a perspectiva das epistemologias transformadoras e justas, busca-se evidenciar como a produção, a interpretação e a legitimação do conhecimento estão

atravessadas por relações de poder que definem quem pode falar, interpretar textos sagrados, exercer autoridade e participar das decisões coletivas. Argumenta-se que a justiça de gênero requer mais do que representatividade: demanda redistribuição de poder, responsabilização institucional, revisão crítica das interpretações religiosas excludentes e reconhecimento das mulheres como sujeitos de conhecimento, liderança e transformação. Conclui-se que nomear e confrontar o patriarcado constitui uma condição para a construção de práticas institucionais e teológicas comprometidas com a justiça, a participação efetiva e a dignidade humana. Ao articular crítica epistemológica, justiça de gênero e transformação institucional, o trabalho contribui para o debate sobre formas democráticas, inclusivas e justas de produção do conhecimento e de cultura institucional.

Palavras-chave: justiça de gênero; epistemologias transformadoras; patriarcado; participação e poder.